

O mercado de apostas ilegais gera até R\$ 40 bilhões por ano e representa 51% do setor.

Apostando em 21.02.26

By: Magno Jose



Uma pesquisa realizada pela Massonetto Sociedade de Advogados revela que as plataformas irregulares geram receitas entre R\$ 26 bilhões e R\$ 40 bilhões anualmente no Brasil, segundo estudo divulgado em fevereiro.

Um levantamento da Massonetto Sociedade de Advogados indica que o mercado de apostas ilegais... Online no Brasil, gera receitas anuais entre R\$ 26 bilhões e R\$ 40 bilhões. O estudo foi divulgado em fevereiro de 2026. O mercado legal movimenta R\$ 38 bilhões por ano.

A pesquisa foi conduzida por Luís Fernando Massonetto, professor de direito econômico da USP (Universidade de São Paulo), Bruno Braga Fiaschetti, mestre em sociologia, e Eduardo Moraes de Carvalho, mestre em filosofia.

Participação ilegal no mercado

A análise indica que o mercado ilegal representa entre 41% e 51% das apostas online no Brasil. Os pesquisadores utilizaram três estudos anteriores como base: "Incidência de apostas ilegais no Brasil", do Instituto Locomotiva, publicado em junho de 2025; "Fora do radar: Dimensionamento e impactos socioeconômicos do mercado de apostas ilegais no Brasil", da LCA Consultores, encomendado pelo IBJR (Instituto Brasileiro do Jogo Responsável), também de junho de 2025; e "Brasil – Mercado de jogos de azar online ", da Yield Sec .

Os autores concluíram que a Lei 14.790 de 2023 não conseguiu transferir a maior parte da demanda para plataformas autorizadas pela SPA (Secretaria de Prêmios e Apostas) do Ministério da Fazenda.

Custos da regulamentação

O estudo argumenta que os impostos e as restrições à regulamentação das apostas esportivas atuam como fatores estruturais que impulsionam o mercado ilegal. A pesquisa lista os seguintes custos para os operadores legais: subsídio oneroso; tributação de 12% sobre a Receita Bruta de Jogos (GGR , na sigla em inglês), que aumentará para até 15% até 2028; obrigações de conformidade e confidencialidade para a prevenção da lavagem de dinheiro; instalação de verificação de identidade por reconhecimento facial; limites de depósito; restrições à publicidade e proibições relacionadas a certos perfis de apostadores.

"Se o modelo regulatório elevar o custo de operação legal (conformidade e confidencialidade , tributação, requisitos tecnológicos e restrições comerciais) a um custo superior ao custo esperado de operação ilegal (incluindo a expectativa realista de fiscalização e punição), cria-se um incentivo institucional para a transgressão, o que desloca parte da oferta e da demanda para circuitos não regulamentados – ou os mantém em escala relevante", afirmaram os autores do estudo.

O estudo reconhece que as medidas regulatórias são justificadas por objetivos de proteção do consumidor. Os pesquisadores argumentam que o efeito agregado das exigências representa um custo elevado para o operador legal.

Vantagens do mercado informal

O mercado ilegal não está sujeito às mesmas exigências legais. Plataformas irregulares oferecem odds mais atrativas — o valor pago ao apostador, calculado com base na probabilidade de o evento ocorrer. O cadastro é mais fácil e o apostador dispõe de uma variedade maior de métodos de pagamento.

"Essa assimetria regulatória se traduz em vantagens econômicas concretas que são repassadas ao apostador na forma de..." odds "Ofertas mais atraentes, promoções mais agressivas, menos atrito no cadastro e uma maior variedade de métodos de pagamento", afirmaram os pesquisadores.

Operadores ilegais não cumprem nenhum dos requisitos impostos aos operadores legais. Plataformas ilegais empregam estratégias para confundir os apostadores, criando a falsa impressão de que operam no mercado regulamentado.

Dificuldade de identificação

Uma pesquisa citada pelo escritório de advocacia revela que 78% dos apostadores entrevistados – um total de 2.000 pessoas – tiveram dificuldades em identificar quais plataformas são legais e quais operam ilegalmente. A porcentagem aumenta entre as mulheres, chegando a 84% das consultas.

Dados do Instituto Locomotiva indicam que 61% dos jogadores fizeram pelo menos uma aposta ilegal em 2025. Entre os jovens de 18 a 29 anos, essa taxa chega a 69%.

prejuízos fiscais

A receita não arrecadada do mercado informal varia de R\$ 7,2 bilhões a R\$ 10 bilhões anualmente, segundo estimativas da LCA. "Considerando essa estimativa em relação ao mercado regulamentado, calculou-se que o mercado informal gera receitas entre R\$ 26 bilhões e R\$ 40 bilhões anualmente. A estimativa para o mercado legal é de R\$ 38 bilhões", afirmou o estudo.

A Massonetto Sociedade de Advogados afirmou que o combate ao mercado ilegal representaria ganhos de receita significativos para o Estado brasileiro.

Ciclo de feedback

O estudo aponta para a existência de um ciclo de auto-reforço no setor de apostas. "O que se configura, portanto, é um circuito de auto-reforço. A regulamentação aumenta os custos para o operador legal; o operador ilegal captura a diferença com uma margem competitiva; o apostador, incapaz de distinguir entre os dois circuitos, é atraído pelas condições mais favoráveis do mercado irregular; a receita desviada para o mercado ilegal reduz a base tributária e o retorno econômico do regime regulamentado; a perda de receita pressiona o Estado a intensificar a tributação ou as exigências sobre o operador legal – o que, por sua vez, amplia o diferencial e fortalece o mercado ilegal", afirmou.

Contexto histórico do jogo no Brasil

O estudo incluiu uma análise histórica do jogo do bicho. A prática tornou-se uma forma emblemática de jogo de azar na cultura popular brasileira durante o século XIX. O jogo do bicho foi criado em 1892 por Manuel Ismael Zevada para o empresário João Batista Viana Drummond como estratégia promocional para o Zoológico do Rio de Janeiro.

A primeira legislação sobre o assunto surgiu em 1830. O Código Penal Imperial criminalizava "jogos de azar que perturbam a ordem pública". Segundo a pesquisa, a elite ignorava a lei, "consolidando a dualidade entre o que é legal (para os ricos) e o que é ilegal (para os pobres)".

A legalização dos jogos de azar ocorreu em 1920, durante a presidência de Epitácio Pessoa. O governo legalizou os cassinos para aumentar a arrecadação e financiar o saneamento básico no interior do país.

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas descriminalizou completamente a prática. O Brasil chegou a ter mais de 70 cassinos, empregando aproximadamente 60.000 pessoas direta e indiretamente, segundo o estudo. O Rio de Janeiro se consolidou como o principal polo de jogos de azar. O Cassino da Urca, o Cassino Atlântico e o [nome ilegível - possivelmente um nome específico de cassino] foram exemplos proeminentes. O Cassino Copacabana Palace operava na cidade. O cassino do Copacabana Palace "recebeu figuras icônicas como Frank Sinatra, Walt Disney, Albert Einstein e Santos Dumont".

Em abril de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra promulgou um decreto proibindo todas as formas de jogo em todo o território nacional. O presidente argumentou que a prática decorria de abusos prejudiciais à moral e aos bons costumes. A medida teve amplo apoio no Congresso. Documentos mostram que a maioria dos senadores e deputados se alinhou ao presidente. O impacto econômico foi significativo para cidades que dependiam do turismo de cassinos, como Petrópolis, Poços de Caldas, Lambari e Caxambu.

A pesquisa mostra que a proibição de 1946 não eliminou o jogo no Brasil. A medida consolidou um "padrão de contradições que persiste até hoje". O jogo do bicho permaneceu clandestino ao longo dos séculos XX e XXI, tornando-se parte da cultura popular urbana brasileira.

O texto destaca que, embora tenha criminalizado certas formas de jogo, o Estado manteve e expandiu seu monopólio sobre as loterias federais. "Essa aparente contradição demonstra que a questão central nunca foi verdadeiramente moral ou religiosa, mas sim uma questão de controle estatal sobre uma atividade economicamente lucrativa", afirma.